



FAJÃS DE SÃO JORGE

CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA
BIOSPHERE RESERVE NOMINATION FORM

ANEXOS
ANNEXES



ANEXO III

ANNEX III

DOCUMENTOS DE APOIO

Ponto 19 do Formulário de Candidatura

SUPPORTING DOCUMENTS

Point 19 of the Nomination Form



LISTA DE DIPLOMAS LEGAIS
LIST OF LEGAL DOCUMENTS

DIPLOMAS REGIONAIS

REGIONAL LEGISLATION

ATIVIDADE DA PESCA | FISHERIES

- (2004) Declaração n.º 3/2004 de 20 de maio – regulamenta o exercício da pesca da Região Autónoma dos Açores, com artes de armadilha. Retifica a Declaração n.º 2/2004 de 6 de maio.
- (2004) Portaria n.º 30/2004/A de 22 de abril – regulamenta o exercício da pesca, na Região Autónoma dos Açores, com artes de armadilha.
- (2004) Declaração n.º 2/2004 de 27 de maio - retifica a Portaria n.º 30/2004, de 22 de abril.
- (2005) Portaria n.º 91/2005 de 22 de dezembro – regulamenta, na Região Autónoma dos Açores, a pesca com redes de emalhar.
- (2006) Portaria n.º 34/2006 de 27 de abril – altera a Portaria n.º 91/2005, de 22 de dezembro. (regulamenta, na Região, a pesca com redes de emalhar).
- (2006) Portaria n.º 48/2006 de 22 de junho – altera a Portaria n.º 91/2005 de 22 de dezembro.
- (2007) Decreto Legislativo Regional n.º 23/2007/A, de 23 de outubro - Aprova o Regulamento da Atividade Marítimo-Turística dos Açores (RAMTA).
- (2007) Decreto Legislativo Regional n.º 9/2007/A de 19 de abril - estabelece o regime jurídico da caça submarina, praticada por amadores, na Região Autónoma dos Açores.
- (2008) Decreto Legislativo Regional n.º 36/2008/A de 30 de julho - Define o quadro legal da pesca-turismo exercida nas águas da subárea dos Açores da zona económica exclusiva (ZEE) portuguesa.
- (2010) Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010/A de 8 de março - Aprova o regime jurídico de extração de inertes na faixa costeira e no mar territorial na Região Autónoma dos Açores.
- (2010) Portaria n.º 37/2010 de 16 de abril – adita a Portaria n.º 30/2004/A de 22 de abril.
- (2010) Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A de 9 de novembro - Regulamenta o exercício da pesca e da atividade marítima na pesca e define medidas adequadas às especificidades do território marítimo dos Açores.
- (2012) Portaria n.º 50/2012 de 27 de abril – regulamenta o método de pesca denominado “pesca à linha” na Região Autónoma dos Açores.
- (2012) Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A de 6 de junho - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010/A, de 8 de março, que aprova o regime jurídico de extração de inertes na faixa costeira e no mar territorial na Região

Autónoma dos Açores, e ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, que regulamenta o exercício da pesca e da atividade marítima na pesca e define medidas adequadas às especificidades do território marítimo dos Açores.

- (2014) Portaria n.º 1/2014 de 10 de janeiro - Regulamenta a Apanha de espécies marinhas no mar dos Açores.
- (2014) Portaria n.º 44/2014 de 8 de julho - Altera a Portaria n.º 1/2014, de 10 de janeiro, que procedeu à aprovação do Regulamento da Apanha de espécies marinhas no Mar dos Açores.
- (2014) Portaria n.º 65/2014 de 6 de outubro – define as normas para o licenciamento da pesca com arte de cerco.
- (2014) Portaria n.º 67/2014 de 14 de outubro - Proíbe todo e qualquer exercício da pesca marítima, quer comercial quer lúdica, na Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, ilha de São Jorge, incluindo a apanha de amêijoa.
- (2015) Portaria n.º 74/2015 de 15 de junho - Define os tamanhos mínimos e períodos de defeso aplicáveis a organismos marinhos que sejam capturados no território de pesca dos Açores ou por embarcações regionais, sem prejuízo dos tamanhos mínimos e períodos de defeso fixados por regulamentação comunitária.

CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE | ENVIRONMENT AND CONSERVATION

- (1998) Resolução n.º 30/98 de 5 de fevereiro – aprova a lista de Sítios de Importância Comunitária da Região Autónoma dos Açores (1ª fase).
- (1998) Declaração n.º 12/98 de 7 de maio – retifica a Resolução n.º 30/98 de 5 de fevereiro, que aprova a lista de Sítios de Importância Comunitária da Região Autónoma dos Açores (1ª fase).
- (1999) Decreto Legislativo Regional n.º 9/99/A de 22 de março – disciplina as atividades de observação de cetáceos nos Açores.
- (2003) Decreto Legislativo Regional n.º 10/2003/A de 22 de março – altera o Decreto Legislativo Regional n.º 9/99/A de 22 de março, que disciplina as atividades de observação de cetáceos nos Açores.
- (2004) Portaria n.º 5/2004 de 29 de janeiro – regulamenta o regime legal da observação de cetáceos.
- (2004) Decreto Legislativo Regional n.º 13/2004/A de 23 de março - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 10/2003/A, de 22 de Março, que republica o Decreto Legislativo Regional n.º 9/99/A, de 22 de Março, que consagra o regime jurídico da observação de cetáceos.
- (2004) Portaria n.º 49/2004 de 24 de junho - Altera o anexo da Portaria n.º 5/2004, de 29 de janeiro, observação de cetáceos.
- (2004) Declaração n.º 6/2004 de 26 de agosto - retifica a Portaria nº 49/2004, de 26 de Junho, que altera o Anexo II da Portaria nº 5/2004, de 29 de Janeiro. (Regulamenta o regime legal da observação de cetáceos).
- (2005) Decreto Legislativo Regional n.º 6/2005/A de 17 de maio – transpõe a Diretiva n.º 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro, referente à proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola (Código de Boas Práticas Agrícolas).

- (2005) Portaria n.º 70/2005 de 8 de setembro - Altera os artigos 2.º, 5.º a 7.º, e 10.º a 12.º da Portaria n.º 5/2004, de 29 de Janeiro. (Regulamenta o regime legal da observação de cetáceos). Revoga a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 5/2004, de 29 de Janeiro
- (2006) Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A de 6 de junho – aprova o Plano Sectorial da Rede NATURA 2000 da Região Autónoma dos Açores.
- (2006) Declaração de Retificação n.º 48-A/2006, de 7 de agosto (retifica o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A de 6 de junho)
- (2007) Decreto Legislativo Regional n.º 7/2007/A de 10 de abril – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A de 6 de junho
- (2007) Declaração de Retificação n.º 79 de 21 de agosto - Proceda à revisão da Rede Regional de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores e determina a reclassificação das áreas protegidas existentes no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de Junho.
- (2008) Declaração de Retificação n.º 36/2008 de 11 de junho – retifica o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2008/A de 12 de maio.
- (2008) Decreto Legislativo Regional n.º 10/2008/A, de 12 de maio - Aprova o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores - PEGRA.
- (2010) Portaria n.º 44 de 30 de abril - Plano de Gestão Caldeira.
- (2010) Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de maio.
- (2010) Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro.
- (2010) Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010/A, de 8 de março - Aprova o regime jurídico de extração de inertes na faixa costeira e no mar territorial na Região Autónoma dos Açores.
- (2011) Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro - Estabelece o regime geral de prevenção e gestão de resíduos.
- (2011) Portaria n.º 47/2011 de 24 de junho - Altera os artigos 11.º e 13.º da Portaria n.º 5/2004, de 29 de Janeiro, alterada pelas Portarias n.º 49/2004, de 24 de Junho, n.º 70/2005, de 8 de Setembro e n.º 17/2007, de 29 de Março. (Regulamenta o regime legal da observação de cetáceos.)
- (2012) Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012/A, de 20 de março.
- (2012) Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A de 2 de abril - Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.
- (2012) Decreto Legislativo Regional n.º 30/2012/A de 3 de julho - Estabelece o regime jurídico dos percursos pedestres da Região Autónoma dos Açores.
- (2012) Portaria n.º 64/2012 de 19 de junho - Altera o artigo 6.º e o n.º 1 do Anexo II, da Portaria n.º 5/2004, de 29 de janeiro, alterada pelas Portarias n.º 49/2004, de 24 de junho, n.º 70/2005, de 8 de setembro e da n.º 47/2011, de 24 de junho. (Regulamenta o regime legal da observação de cetáceos.).

- (2012) Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2012/A, de 5 de novembro.
- (2014) Portaria n.º 53/2014 de 4 de agosto - Estabelece, na Região Autónoma dos Açores, as normas complementares de execução do regime de apoio à “reestruturação e reconversão de vinhas”, para o período 2014-2018, adiante designada por regime de apoio (VITIS), previsto nos termos do Regulamento (CE) n.º 1234/2007, do Conselho de 22 de outubro, bem como a fixar os procedimentos aplicáveis à concessão das ajudas.
- (2014) Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2014/A de 15 de dezembro - Aprova o sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socalcos, e de pomares de espécies tradicionais, situadas em áreas de paisagem protegida e em fajãs costeiras, integradas nos parques naturais de ilha e em reservas da biosfera.
- (2015) Portaria n.º 14/2015 de fevereiro - Suspende, até 31 de dezembro de 2017, a aplicação do artigo 11.º da Portaria n.º 5/2004, de 29 de janeiro, para as embarcações que operem a Zona C), delimitada na alínea c) do artigo 1.º dessa mesma portaria, que sejam utilizadas, a qualquer título, por pessoas singulares ou coletivas com domicílio ou sede na ilha Terceira.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | LAND PLANNING

- (2000) Resolução n.º 139/2000 de 17 de agosto - Manda proceder à elaboração dos POCC de todas as ilhas dos Açores.
- (2003) Decreto Legislativo Regional n.º 19/2003/A de 23 de abril – aprova o Plano Regional da Água da Região Autónoma dos Açores.
- (2004) Resolução do Conselho do Governo n.º 110/2004 de 29 de julho – aprova o Plano Regional de Erradicação e Controlo de Espécies de Flora Invasoras em Áreas Sensíveis, bem como a sua implementação.
- (2005) Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2005/A de 23 de março – Aprova o Plano Diretor Municipal de Velas.
- (2005) Resolução do Conselho do Governo n.º 103/2005 de 16 de junho – determina a elaboração do Plano Sectorial das Cavidades Vulcânicas e dos Monumentos Naturais Regionais existentes na Região Autónoma dos Açores.
- (2005) Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2005/A de 12 de outubro – retifica o Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2005/A de 23 de março.
- (2006) Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2006/A, de 6 de julho – aprova o Plano Diretor Municipal da Calheta.
- (2008) Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A de 11 de agosto - Aprova o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores.
- (2010) Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2010/A, de 7 de abril.
- (2010) Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril - Suspende parcialmente o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de Agosto.
- (2011) Decreto Legislativo Regional n.º 10/2011/A de 28 de março – Cria o Parque Natural da Ilha de São Jorge.

- (2011) Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A de 11 de novembro - Nos termos do disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de Junho, que procede à revisão da Rede Regional de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores e determina a reclassificação das áreas protegidas existentes, pelo presente diploma procede -se à estruturação do Parque Marinho dos Açores.
- (2012) Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/A, de 1 de março - Estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.
- (2012) Decreto Legislativo Regional n.º 23/2012/A de 31 de maio - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/A, de 1 de março, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.
- (2012) Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A de 16 de agosto - Define o regime de coordenação dos âmbitos do sistema de gestão territorial, o regime de uso do solo e o regime de elaboração, acompanhamento, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.
- (2013) Aviso n.º 61/2013 de 30 de Agosto de 2013.
- (2013) Aviso nº 12551/2013, de 10 de outubro.

DIPLOMAS NACIONAIS

NATIONAL LEGISLATION

ATIVIDADE DA PESCA | FISHERIES

- (1987) Decreto Regulamentar n.º 43/87 de 17 de julho – define as medidas nacionais de conservação dos recursos biológicos aplicáveis ao exercício da pesca em águas, quer oceânicas, quer interiores, sob a soberania e jurisdição portuguesas.
- (1987) Decreto-lei n.º 278/87 de 7 de julho – fixa o quadro legal regulamentar do exercício da pesca e das culturas marinhas em águas sob soberania e jurisdição portuguesas.
- (1998) Decreto-Lei n.º 383/98 de 27 de novembro – altera o Decreto-Lei n.º 278/87 de 7 de julho, sobre contraordenação em matéria de pescas e culturas marinhas.
- (2000) Decreto Regulamentar n.º 7/2000 de 30 de maio – altera o Decreto regulamentar n.º 43/87 de 17 de julho, estabelecendo as medidas nacionais dos recursos vivos aplicáveis ao exercício da pesca em água sob soberania e jurisdição nacional.
- (2000) Decreto-Lei n.º 246/2000 de 29 de setembro – define o quadro legal do exercício da pesca marítima dirigida a espécies animais e vegetais com fins lúdicos.

- (2000) Portaria n.º 1102-B/2000 de 22 de novembro – aprova o Regulamento da Apanha.
- (2000) Portaria n.º 1102-H/2000 de 22 de novembro – aprova o Regulamento da Pesca por Arte de Emalhar.
- (2001) Portaria n.º 386/2001 de 14 de abril – altera a Portaria n.º 1102-H/2000 de 22 de novembro (aprova o Regulamento da Pesca por Arte de Emalhar).
- (2001) Portaria n.º 27/2001 de 15 de janeiro – fixa os tamanhos mínimos dos peixes, crustáceos e moluscos, de acordo com o previsto no artigo 48º do Decreto regulamentar n.º 43/87 de 17 de julho, na redação dada pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2000 de 30 de maio.
- (2002) Portaria n.º 402/2002 de 18 de abril – altera o anexo à Portaria n.º 27/2001 de 15 de janeiro, no que se refere aos tamanhos mínimos para a solha avessa, a corvina legítima e a lagosta.
- (2005) Decreto-Lei n.º 112/2005 de 8 de julho - Altera o Decreto-Lei n.º 246/2000, de 29 de Setembro, que define o quadro legal da pesca dirigida a espécies marinhas, vegetais e animais com fins lúdicos em águas oceânicas, em águas interiores marítimas ou em águas interiores não marítimas sob jurisdição da autoridade marítima.
- (2007) Decreto-Lei n.º 56/2007 de 13 de março - Altera o Decreto-Lei n.º 246/2000, de 29 de Setembro, que define o quadro legal do exercício da pesca marítima dirigida a espécies animais e vegetais com fins lúdicos.
- (2007) Decreto-Lei n.º 15/2007 de 28 de março - Altera o Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de Julho, eliminando a autorização prévia para o exercício da atividade da pesca e o livrete de atividade.
- (2010) Portaria n.º 1228/2010 de 6 de dezembro – altera pela 3ª vez a Portaria n.º 1102-B/2000 de 22 de novembro.
- (2010) Portaria n.º 594/2010 de 29 de julho - altera o Regulamento da Pesca por Arte de Emalhar, aprovado pela Portaria n.º 1102-H/2000 de 22 de Novembro.
- (2011) Portaria n.º 315/2011 de 29 de dezembro - Proíbe a pesca de raias durante o mês de Maio e a pesca de tamboril durante os meses de Janeiro e Fevereiro, na subárea do continente da Zona Económica Exclusiva
- (2013) Decreto-Lei n.º 101/2013 de 25 de julho - Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 246/2000, de 29 de setembro, que define o quadro legal do exercício da pesca marítima dirigida a espécies animais e vegetais com fins lúdicos.
- (2014) Portaria n.º 170/2014 de 22 de agosto – altera a Portaria n.º 27/2001 de 15 de janeiro

CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE | ENVIRONMENT AND CONSERVATION

- (1980) Decreto n.º 103/80 de 11 de outubro – aprova para ratificação a Convenção sobre a Conservação das Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem (Convenção de Bona).
- (1989) Decreto-lei n.º 316/89 de 22 de setembro – regulamenta a aplicação da convenção da vida selvagem e dos habitats naturais na Europa (Convenção de Berna).
- (1990) Decreto-Lei n.º 196/1990 de 18 de junho - Alteração DL 316/89 - Derrogação de Berna.

- (1992) Aviso n.º 74 de 6 de junho - Emendas do anexo II da convenção relativa à conservação da vida selvagem e dos habitats naturais da Europa.
- (1992) Decreto-Lei n.º 201/1992 de 29 de novembro - Definição de competências relativos à orla Costeira.
- (1993) Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de janeiro – estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas.
- (1995) Aviso n.º 205 de 8 de agosto - Emendas do anexo I da convenção relativa à conservação da vida selvagem e dos habitats naturais da Europa.
- (1999) Decreto-lei n.º 140/99 de 24 de abril – revê a transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio (relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens).
- (2001) Decreto-Lei n.º 270/2001 de 6 de outubro - Aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais-pedreiras - Alterado pelo DL 340/2007, de 12 de Outubro.
- (2002) Decreto n.º 34/2002 de 5 de novembro - Aprova as alterações aos anexos I e II da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem, assinada em Bona em 23 de Junho de 1979.
- (2005) Decreto-lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro – primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril, relativa à conservação das aves selvagens (Diretiva Aves) e à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (Diretiva Habitats).
- (2005) Decreto-Lei n.º 117/2005 de 18 de julho - Quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, que estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas.
- (2005) Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro – Lei da Água.
- (2006) Lei n.º 50/2006 de 29 de agosto - Aprova a lei-quadro das contraordenações ambientais.
- (2007) Decreto-lei n.º 340 de 12 de outubro - Altera o Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro, que aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras).
- (2007) Declaração de retificação n.º 108/2007 de 11 de dezembro - Retifica o Decreto-Lei n.º 340/2007, do Ministério da Economia e da Inovação, que altera o Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro, que aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras), publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 197, de 12 de Outubro de 2007.
- (2008) Decreto-Lei n.º 142 de 24 de julho - Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.
- (2009) Lei n.º 89/2009 de 31 de agosto - procede à primeira alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto, que estabelece o regime aplicável às contra -ordenações ambientais.
- (2009) Declaração de retificação n.º 70/2009 de 1 de outubro - Retifica a Lei n.º 89/2009, de 31 de Agosto, que procede à primeira alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto, que estabelece o regime aplicável às contraordenações ambientais, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 168, de 31 de Agosto de 2009.
- (2009) Decreto-Lei n.º 211/2009 de 3 de setembro - Assegura a execução da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), do Regulamento (CE) n.º 338/97, do Conselho, de 9 de

Dezembro de 1996, relativo à proteção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio, e do Regulamento (CE) n.º 865/2006, da Comissão, de 4 de Maio, revogando o Decreto-Lei n.º 114/90, de 5 de Abril.

- (2012) Decreto-Lei n.º 135/2012 de 29 de junho - Aprova a orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I. P.
- (2013) Decreto-Lei n.º 151-B de 31 de outubro - Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.
- (2013) Decreto-Lei n.º 112/2013 de 4 de junho - Prorroga por seis meses o prazo previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro, que aprovou o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais – pedreiras.
- (2013) Decreto-Lei n.º 156-A de 8 de novembro – procede à segunda alteração do Decreto-lei n.º 140/99 de 24 de abril.
- (2013) Decreto-Lei n.º 24/2013 de 20 de março - aprova o regime jurídico do mergulho recreativo.
- (2014) Decreto-Lei n.º 47/2014 de 24 de março - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.
- (2014) Decreto-Lei n.º 19/2014 de 14 de abril – Define a lei de bases de política do ambiente.
- (2015) Decreto-Lei n.º 78/2015 de 13 de maio - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, que aprova a orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | LAND PLANNING

- (2002) Decreto-Lei n.º 202/2004 de 18 de agosto – estabelece o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua gestão sustentável, bem como os princípios reguladores da atividade cinegética.
- (2003) Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de dezembro – Altera pela 2ª vez o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial aprovado pelo DL 380/99, de 22 de Setembro.
- (2006) Lei n.º 34/2006 de 28 de julho – fixa a largura e os limites do mar territorial e estabelece uma zona económica de 200 milhas do Estado Português.
- (2007) Lei n.º 54/2007 de 31 de agosto - Primeira alteração à Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.
- (2009) Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro - Procede à sexta alteração e republicação do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.
- (2012) Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de novembro - Procede à primeira alteração (e republicação) ao Decreto-Lei n.º 166/2008,

de 22 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

- (2012) Portaria n.º 419 de 20 de dezembro - Define as situações de usos ou ações considerados compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em Reserva Ecológica Nacional (REN) – referente a assuntos florestais, de aquicultura e de turismo de natureza.
- (2014) Lei n.º 31/2014 de 30 de maio - Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.
- (2015) Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio - Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.

DIPLOMAS EUROPEUS

EUROPEAN LEGISLATION

ATIVIDADE DA PESCA | FISHERIES

- (1998) Regulamento (CE) n.º 850/98 do Conselho de 30 de março de 1998 – conservação dos recursos da pesca através de determinadas medidas técnicas de proteção dos juvenis de organismos marinhos.

CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE | ENVIRONMENT AND CONSERVATION

- (1991) Diretiva n.º 91/244/CEE da Comissão, de 6 de março – altera a Diretiva 79/409/CEE do Conselho, relativa a conservação das aves selvagens (Diretiva Aves).
- (1991) Diretiva n.º 91/676/CEE do Conselho de 12 de dezembro – relativa à proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola.
- (1992) Diretiva n.º 92/43/CEE do Conselho de 21 de maio – relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (Diretiva Habitats).
- (1994) Diretiva 94/24/CE do Conselho de 8 de junho – altera o anexo II da Diretiva 79/409/CEE, relativa à conservação das aves selvagens (Diretiva Aves).
- (1997) Diretiva 97/62/CE do Conselho de 27 de outubro – relativa à adaptação ao progresso científico e técnico da Diretiva 92/43/CEE relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (Diretiva Habitats).

- (1997) Diretiva n.º 97/49/CE da Comissão de 29 de junho – altera a Diretiva 79/409/CEE do Conselho, relativa a conservação das aves selvagens (Diretiva Aves).
- (2000) Diretiva n.º 2000/60/CE de 23 de outubro – estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água.
- (2002) Decisão da Comissão 2002/11/CE de 28 de dezembro – adota a lista dos Sítios de Importância Comunitária para a região biogeográfica macaronésica, nos termos da Diretiva 92/43/CEE do Conselho.
- (2008) Decisão da Comissão 2008/95/CE de 25 de janeiro – adota a primeira lista atualizada dos Sítios de Importância Comunitária para a região biogeográfica macaronésica.
- (2009) Decisão da Comissão 2009/10414/UE de 22 de dezembro – adota a segunda lista atualizada dos Sítios de Importância Comunitária para a região biogeográfica macaronésica.
- (2012) Decisão da Comissão 2013/25/UE de 16 de novembro – adota a terceira lista atualizada dos Sítios de Importância Comunitária para a região biogeográfica macaronésica.
- (2013) Decisão da Comissão 2013/734/UE de 7 de novembro – adota a quarta lista atualizada dos Sítios de Importância Comunitária para a região biogeográfica macaronésica.
- (2014) Regulamento UE n.º 1143/2014 de 22 de outubro - Prevenção e gestão da introdução e propagação de espécies exóticas invasoras.



Governo dos Açores

